

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economia vê avanço da reforma tributária em cinco capítulos.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comissão da reforma não foi extinta.....5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

De volta à reforma tributária (2).....6

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cali se torna epicentro dos protestos contra governo da Colômbia.....7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para relator, "se governo não quer reforma tributária ampla, não quer reforma".....10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

BC mantém a dose elevada de aumento da taxa de juros (3).....12

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Retomada no Brasil levará dois anos, diz Citi.....14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo avalia ajustar Orçamento para dar verba ao ambiente.....16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

R\$ 1,2 bilhão para ajudar a economia.....18

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Revolta colombiana (3).....20

O GLOBO - RJ - SEGUNDO CADERNO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Como a França trata quem chega do Brasil - RUTH DE AQUINO.....21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

China repudia politização.....22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

'Ajuste parcial da Selic é insustentável'.....23

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
POLÍTICA

Venda de Eletrobras vai gerar R\$ 100 bi, projeta o governo.....25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Relatora da reforma política planeja debate sobre cotas e sistema eleitoral.....26

Economia vê avanço da reforma tributária em cinco capítulos



Fábio Pupo

A intervenção do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nas discussões da **reforma tributária** no Congresso fez o Ministério da Economia aumentar a confiança no avanço do tema de forma fatiada e planejar mudanças agora em cinco capítulos.

O primeiro é a junção de PIS e Cofins na nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). O entendimento é que a medida ganhará tempo simplificando o sistema tributário enquanto o país discute como acoplar futuramente estados e municípios com seus respectivos **impostos** -em um modelo chamado tecnicamente de IVA (Imposto sobre Valor Adicionado) Dual.

O segundo capítulo seria voltado ao IPI, que, na visão do ministro Paulo Guedes (Economia), é nocivo ao ser aplicado à indústria. O plano é tornar o imposto um tributo seletivo apenas para bens que geram externalidade negativa (como cigarro, bebida e automóveis movidos a combustíveis fósseis).

O terceiro capítulo versa sobre o Imposto de Renda, com fim das isenções para produtos financeiros - inclusive as letras de crédito imobiliário e agrícola (as LCI e LCA). Podem entrar na conta também as debêntures de infraestrutura.

A visão é que os agentes ligados ao mercado financeiro estão sendo beneficiados por isenções de **impostos** enquanto setores necessitados não recebem o mesmo tratamento. Na mesma fase está prevista a redução do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e a taxação de dividendos.

O quarto capítulo vem sendo chamado internamente de "passaporte tributário". O governo quer ampliar as renegociações com devedores, permitindo o pagamento de débitos com a União (com desconto) e o fim de discussões judiciais. As regras ainda são discutidas.

O quinto e último capítulo seria a criação do imposto digital. Comparado à antiga CPMF e alvo de críticas até do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), o tema vem sendo considerado internamente como um tema "proibido" de ser comentado -mas continua nos planos.

O Ministério da Economia enviou a primeira perna da proposta (fusão de PIS e Cofins na nova CBS) em julho de 2020 e, desde então, ela está parada no Congresso em meio ao impasse das diferentes propostas discutidas -principalmente a PEC (proposta de emenda à Constituição) 45, apoiada pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ).

A pasta vinha reiterando a Lira que considerava inviável uma reforma nos moldes da PEC 45. A peça foi em boa parte usada como base pelo relator da comissão mista, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) -embora com mudanças.

O Ministério da Economia viu a tentativa de Aguinaldo de reunir diferentes propostas como uma postura elegante. Mas, de qualquer forma, o deputado manteve pontos que a pasta discorda de maneira inegociável.

O principal é a menção no texto a um fundo com recursos da União para pagar estados e municípios. A objeção do governo existia também pela complexidade a ser gerada pelas discussões (devido às várias mudanças de uma só vez, como a inclusão de estados e municípios).

Logo após a apresentação do relatório de Aguinaldo, Lira acabou com a comissão especial da Câmara sobre o tema e fez com que a PEC 45, peça sobre a reforma sob responsabilidade da Casa, fique restrita ao plenário (inviabilizando um debate detalhado sobre a proposta).

Isso gerou um impasse sobre o futuro da reforma. A PEC 45 pode continuar sendo discutida na comissão

mista -mas, sem apoio do comando da Câmara e do governo, suas chances ficam diminuídas. Para aliados do governo, ela está enterrada.

Nesta quinta-feira (6), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que a comissão mista não tem uma previsão regimental, mas que irá continuar os trabalhos e concluir as discussões na próxima semana.

"Essa conclusão fará com que esta comissão entregue à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, uma proposta de **reforma tributária** para o Brasil", disse.

Segundo ele, os passos seguintes serão definidos após uma negociação política. "Aí vem um outro momento, que é quanto à forma de se fazer. Se será uma parte na Câmara, uma parte no Senado, se isso será fatiado, em razão dos conceitos e dos projetos de lei, da própria proposta de emenda à Constituição entre as Casas legislativas, essa é uma negociação política que será feita entre Câmara dos Deputados e Senado Federal", afirmou.

No Ministério da Economia, o entendimento é que as diferentes propostas interditavam o debate e que o episódio desta semana abriu caminho para o plano fatiado de Guedes prosseguir com uma discussão desarmada.

Aliados do governo já negociam nos bastidores quem serão os novos relatores das propostas fatiadas e conversam para que os textos tramitem parte na Câmara e parte no Senado.

O time de Guedes aguarda agora um posicionamento político dos aliados sobre qual a melhor estratégia para avançar -se apenas voltar as atenções à proposta do CBS, e esperar que ela seja aprovada, ou enviar várias propostas de uma vez.

O Ministério tem reiterado que não é contrário a uma proposta que inclua estados e municípios, mas que prefere que as mudanças sejam feitas inicialmente pelos **impostos** federais, para evitar a inviabilidade das discussões.

Enquanto prepara os próximos movimentos na **reforma tributária**, o Ministério da Economia tem buscado mostrar avanço em outra frente da agenda econômica que sofre críticas por atrasos -as desestatizações.

A pasta elaborou um levantamento em que aponta que mais de R\$ 200 bilhões em ativos já foram desestatizados na atual gestão. A conta inclui subsidiárias, participações acionárias de bancos públicos e até títulos de dívidas de empresas privadas

detidas por instituições públicas.

O Ministério da Economia vê possibilidade de avanço nas privatizações nos próximos meses e a conclusão da venda da Eletrobras até janeiro de 2022, com chance de antecipação para este ano. Para isso, precisa da conversão em lei da medida provisória que libera os estudos para a estatal. A expectativa é que ela seja votada na Câmara até o dia 17 de maio.

Os cálculos da equipe econômica apontam que a venda da Eletrobras pode gerar até R\$ 100 bilhões. Antes, representantes do Ministério falavam em um valor de R\$ 60 bilhões.

Os novos números são citados informalmente e ainda não passaram pela checagem de órgãos de controle. As contas consideram R\$ 25 bilhões de outorga de energia e a participação na empresa entre R\$ 35 bilhões e R\$ 40 bilhões (que, segundo o governo, poderia dobrar de valor no momento da privatização e render uma operação secundária de ações).

REFORMA DE GUEDES EM 5 CAPÍTULOS Fusão de PIS e Cofins na nova CBS, abrindo caminho para estados e municípios aderirem no futuro (modelo chamado de IVA Dual) Extinguir IPI e substituí-lo por um imposto seletivo aplicado somente a bens como cigarros, bebidas e automóveis movidos a combustíveis fósseis Mudanças no Imposto de Renda. Diminuir taxa sobre empresa e, em contrapartida, criar cobrança sobre dividendos e sobre instrumentos financeiros como LCI e LCA "Passaporte tributário" para abrir renegociação de dívidas de contribuintes e diminuir judicialização Criação do imposto digital

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49520>

Comissão da reforma não foi extinta

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que a Comissão Mista Temporária da **Reforma Tributária** não foi extinta e está perto de concluir seus trabalhos. O colegiado é presidido pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA) e tem como relator o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

"Diferentemente do que foi veiculado, não houve a extinção dessa comissão mista. Na verdade, ela está na iminência da conclusão do seu trabalho. Houve uma certa confusão porque houve a extinção, em razão do decurso das sessões, da comissão de **reforma tributária** da Câmara dos Deputados. Não se trata da comissão mista do Congresso Nacional", afirmou Pacheco, de acordo com a Agência Senado. O presidente do Senado fez a declaração em resposta a questionamento do senador Lasier Martins (Podemos-RS), que citou notícias de que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), teria determinado a extinção da comissão mista. Desse modo, esclareceu Pacheco, o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro, que propõe uma reformulação ampla do sistema tributário brasileiro, não foi inviabilizado. A partir desse relatório, caberá à Câmara e ao Senado conduzirem a **reforma tributária**, esclareceu.

De volta à reforma tributária (2)

Nelson Barbosa Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research. Link externo, abre página da Nelson Barbosa no Twitter
SEGUIR SALVAR ARTIGOS Recurso exclusivo para assinantes ASSINE ou FAÇA LOGIN

O desenho da reforma técnica existe desde os anos 1990; o apoio político ainda não

Volto à reforma da tributação indireta porque o projeto andou e parou nesta semana. O relator da comissão no Congresso, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou seu parecer, mas o presidente da Câmara parou o processo.

Independentemente do caminho legislativo adotado, a maioria dos economistas concorda com a direção a ser seguida: tributação no destino (ponto de venda), em vez de na origem (ponto de produção), tributo sobre o valor adicionado (para evitar cobrar imposto sobre imposto), alíquota única sobre todos os produtos e serviços (acabam regimes especiais) e toda compra de insumo gera crédito tributário (o imposto que você paga pode ser abatido do imposto que você deve).

As mudanças acima diminuirão a carga sobre a indústria, mas aumentarão sobre serviços. A carga tributária continuará a mesma, mas alguns setores pagarão mais e outros pagarão menos em relação à situação atual. Por esse motivo a reforma tem oposição ferrenha dos setores hoje desonerados.
Reforma tributária nunca é assunto meramente técnico.

Simplificar tributação indireta requer cobrar imposto sobre tudo, o que é inicialmente regressivo, pois os pobres gastam relativamente mais de sua renda com consumo do que os ricos.

Vários economistas se opõem à alíquota única com base no mantra popular: "Alimento não deve pagar imposto", "livro não deve pagar imposto", e assim em diante. A intenção é boa, mas o caminho do inferno... vocês sabem.

Quanto maiores as exceções, mais complicado ficará o sistema tributário e maior será o risco de desvio de função, de desoneração de quem não precisa.

Nos **impostos** indiretos, tributação boa é tributação simples. Alíquota única no destino para todos os bens e serviços. A regressividade dessa medida pode e

deve ser compensada com transferência de renda.

Por exemplo, tributar a cesta básica, mas transferir renda aos mais pobres com base no valor de **tributos** que incidem sobre a cesta básica. A mesma coisa se aplica a livros, tributar e transferir o recurso para quem mais precisa (exemplo: subsídio para livros escolares). O deputado Ribeiro incluiu essa lógica no seu parecer. A fila anda.

Outro nó político está na divisão da arrecadação. Alguns colegas querem juntar tributo federal, estadual e municipal para simplificar a vida do contribuinte (correto), mas a iniciativa pode diminuir os fundos que bancam a proteção social feita pela União (errado).

Para não estimular "rouba-monte" entre União, estados e municípios, é melhor manter as coisas legalmente separadas. Contribuição sobre bens e serviços (CBS) para a União, imposto sobre bens e serviços (IBS) para estados e municípios, que, por sua vez, pode ser dividido em duas partes: IBS-E e IBS-M.

A União pode e deve ir na frente criando a CBS (por lei). Estados e municípios podem ir depois (por emenda constitucional), com opção de aderir ou não ao sistema federal de arrecadação. Alguns estados e municípios aderirão. Outros, de maior arrecadação ou ambição, preferirão manter sua própria burocracia.

E ter CBS, IBS-E e IBS-M não complicará a vida do contribuinte se os sistemas eletrônicos de arrecadação se comunicarem. Há tecnologia de informação para isso. Não devemos confundir competência legal (a quem cabe a receita) com sistema de informática (guia única na internet).

A reforma também deve ser gradual, migrando de várias alíquotas para alíquota única ao longo de quatro a oito anos, a fim de dar tempo às empresas se adaptarem.

O desenho da "reforma técnica" existe desde os anos 1990. O apoio político ainda não.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49520>

Cali se torna epicentro dos protestos contra governo da Colômbia



Revolta. Manifestantes protegem-se durante confronto com a polícia em Cali, onde a pobreza atinge 36,3% da população

As noites se tornaram um pesadelo em Cali. A violência dos protestos contra o governo colombiano estourou na cidade, onde convergem os males de um país mergulhado em seis décadas de guerra civil. Na chamada "capital do pós-conflito", o acordo de paz assinado com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), em 2016, não trouxe a calma esperada.

Desde o início, as manifestações contra o presidente Iván Duque e sua proposta de **reforma tributária** - já retirada - levaram a distúrbios na capital de Valle del Cauca, com 2,2 milhões de habitantes, e no município vizinho de Palmira. Os protestos, duramente reprimidos, deixaram 32 mortos em Cali, "7 relacionados às marchas", segundo a prefeitura.

Durante os anos de conflito armado, a cidade recebeu migrantes camponeses pobres que não foram integrados plenamente, provocando "muita desigualdade", descreve Edgar Barrios, reitor da Universidad del Valle.

A situação foi agravada pela crise econômica desencadeada pela pandemia - que afetou a indústria, o comércio e a agricultura em Cali, cidade do sudoeste do país, onde a violência se intensificou após o acordo de paz. Há um somatório de descontentamento social, pobreza, "economia do tráfico ilegal de drogas" e "diferentes formas de criminalidade", diz Barrios.

Desabastecimento. Aos bloqueios de estradas, que provocaram desabastecimento de gasolina e de medicamentos em várias cidades em plena pandemia, o governo colombiano respondeu militarizando toda a cidade.

Kevin Agudelo, de 22 anos, participou, na segunda-feira, de uma vigília em Siloé, uma favela de Cali. Sua mãe lembra que ele prometeu não se aproximar dos "tumultos". "Ele disse que marcharia pelo bem-estar da Colômbia", disse Angela Jiménez, entre soluços. Foi a última vez que ela viu o filho vivo.

Segundo 12 depoimentos coletados pela France Press, a tropa de choque e as forças especiais atacaram o protesto pacífico.

Agudelo foi morto com outras duas pessoas, todas baleadas, como mostram fotos e vídeos. "Tivemos de nos esconder, porque ficamos com medo.

Todo mundo corria", contou um dos participantes da manifestação, que pediu para não revelar a sua identidade.

As mortes estão sendo investigadas.

A ONU disse estar "profundamente alarmada" com os excessos da polícia em Cali, que "abriu fogo contra os manifestantes, matando e ferindo várias pessoas".

Na mesma noite, Daniela León foi pega no meio de confrontos entre as forças de segurança e manifestantes que tentavam tomar um pedágio em Palmira. "O confronto ocorreu no momento em que eles estavam a cerca de 500 metros do pedágio e todo o pelotão (de choque) saiu e atacou", disse a ativista da rede Francisco Isaías Fuentes.

Segundo Daniela, os manifestantes "entraram no mato para se proteger dos gases". Dezesete pessoas continuam desaparecidas, segundo números oficiais. Para ela, além dos tiros e das denúncias de abusos sexuais, o mais grave foi seu modus operandi: atacar à noite "para criar pânico".

Alvos. Os policiais também são alvos da violência nas ruas de Cali, onde a pobreza afeta 36,3% da população e a taxa de homicídios é de 43,2 mortes por 100 mil habitantes - o índice nacional é de 23,79. Na periferia da cidade, gangues armadas atacaram a polícia, deixando 176 soldados feridos, 10 por arma de fogo, segundo autoridades.

Para Carlos Alfonso Velásquez, coronel aposentado e

analista da Universidad de la Sabana, pode haver agentes infiltrados de grupos "dispostos à rebeldia" nos protestos na Colômbia.

As manifestações entraram ontem no nono dia. Em Medellín, cerca de 12 mil pessoas saíram às ruas e houve confrontos no final da tarde. Os manifestantes pedem melhores condições na saúde e educação, mais segurança e o fim do abuso e da violência policial.

Policial é preso por morte de manifestante

Carlos Javier Arenas, major da polícia colombiana, foi preso ontem pela morte de Brayan Fernando Niño, jovem de 24 anos que morreu no sábado durante um protesto contra o governo no Departamento de Cundinamarca. O Ministério Público disse ontem que deve indiciar outros três policiais por assassinatos cometidos durante a repressão.

Os protestos na Colômbia têm sido, em sua maioria, pacíficos, mas em algumas cidades ocorreram distúrbios e confrontos com as forças de segurança, que responderam com violência, deixando 24 mortos e mais de 800 feridos. A ONG Human Rights Watch afirmou ontem ter recebido informações de 31 mortes.

A onda de manifestações, que começou na semana passada, interrompeu o fornecimento de gasolina em várias partes da Colômbia, segundo a Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis e Energia (Fendipetroleo).

"Estamos registrando escassez de combustível como consequência da greve nacional", afirmou a associação, em **comunicado**, listando as cidades de Cali, Ibagué e Pereira como os casos mais graves. Ontem, o governo colombiano pediu um pacto social para resolver a crise política. "Devemos ouvir todos os setores do país, mas o país também deve ouvir o governo", disse o conselheiro presidencial Miguel Ceballos, mediador do governo junto aos manifestantes. "Isso inclui quem marcha, mas também quem não marcha." As conversas começaram na quarta-feira sob a liderança de Ceballos e a participação do Ministério Público, Defensoria do Povo e sindicatos. O assessor do presidente, Iván Duque, garantiu que se reunirá com os líderes dos protestos na segunda-feira. Os líderes das mobilizações disseram que estão abertos ao diálogo com o presidente, sem intermediários.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

MANIFESTAÇÕES

● **Início dos atos**

Há um descontentamento crescente com o governo do presidente Iván Duque. Inicialmente, as manifestações foram desencadeadas por uma proposta de reforma tributária que prejudicaria principalmente a classe média.

● **Exigências**

A população pede o fim do abuso policial, soluções para a crise econômica derivada da pandemia de covid-19 e se opõe ao aumento de impostos e a uma reforma de saúde que está sendo analisada pelo Congresso.

● **Violência**

Segundo a Defensoria do Povo, 24 pessoas morreram durante os protestos, 11 delas pelas mãos da polícia, e há 85 desaparecidos. Já a ONG Temblores, que registra abusos policiais, diz que há 31 mortos, 1.443 casos de violência policial e 10 casos de abuso sexual.

Para relator, "se governo não quer reforma tributária ampla, não quer reforma"



FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Criticada nos bastidores pela equipe econômica, a **reforma tributária** que unifica **impostos** federais, estaduais e municipais é a mais indicada, na avaliação do relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Em entrevista ao GLOBO, o parlamentar afirmou que, se o governo não quer uma reforma ampla, indica que não é favorável à medida. Ele afirmou, no entanto, não acreditar que esse seja o caso.

- Se o governo não quer uma reforma ampla, ele não quer **reforma tributária**. Eu não acredito nisso, eu acho que ele quer -afirmou Ribeiro, ressaltando que, apesar de mencionar o governo, foi com a equipe econômica que manteve interlocução ao longo dessas discussões.

Na terça-feira, Ribeiro apresentou seu relatório, elaborado após mais de um ano de debates. Horas depois, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou a extinção da comissão da reforma, o que deve atrasar o andamento da medida.

Segundo Ribeiro, o texto apresentado foi "construído politicamente":

- O texto está posto, foi construído politicamente. Eu defendo a reforma ampla, de fato. O Brasil não pode repetir os mesmos erros que já foram cometidos. E quais foram? Quando cada ente trata do seu imposto, você não resolve o problema. Pelo contrário, você está criando geralmente aumento de carga tributária.

"MANICÔMIO TRIBUTÁRIO"

Para Ribeiro, ainda que seja difícil implementar uma reforma ampla, a situação tributária do país só chegou ao atual cenário porque foram sendo feitas muitas modificações pontuais que resultaram no atual "manicômio tributário":

- Cada um dos entes tenta resolver seu problema fiscal e faz uma adequação ou atualização dos seus **impostos**, o que quase sempre redundava em aumento de carga tributária, passando a conta para o consumidor.

O deputado defende que a mudança do sistema tributário não será alcançada com uma proposta fatiada.

- O fatiamento não existe, porque o governo só está tratando do imposto dele, então você não tem **reforma tributária**. O governo está somente juntando PIS e Cofins. É essa a proposta que ele fez -resume.

Para Ribeiro, outras propostas do governo, como Refis e passaporte tributário, sequer estão no escopo da reforma: são apenas negociações de dívida com o próprio governo.

-Isso aí não é **reforma tributária**. Eu acho que o encaminhamento correto é o que nós propusemos: é uma reforma ampla, que resolve não todos os problemas, mas que enfrenta muitos problemas do nosso sistema tributário de consumo, tem uma elevação única e é implantada em etapas -argumenta Ribeiro.

O deputado diz que vai atuar na defesa de seu relatório, que propõe a extinção de cinco **tributos** (PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI) e a criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e do Imposto Seletivo, para incidir sobre produtos como cigarro e álcool.

A transição seria em etapas. A primeira traria a unificação dos **tributos** federais, PIS e Cofins, como o governo já sugeriu em seu projeto de lei. Apenas a partir do terceiro ano, ICMS e ISS seriam gradualmente incorporados ao IBS. O Imposto Seletivo, que substituiria o IPI, seria criado depois de

seis anos.

ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS

O relatório, que mesclou pontos das propostas de emenda à Constituição (PECs) 45 e 110 e sugestões do governo, não traz definição sobre valor de alíquota para tributação de consumo, mas apenas atividades específicas que terão tratamento diferenciado.

- Estão dizendo: "agente no meio de uma pandemia tendo uma **reforma tributária**". Parece que amanhã a gente vai mudar o sistema tributário do país, e não é assim. Agente está há 33 anos atrasado. Essa é a questão - pondera o deputado.

Ribeiro está ouvindo retornos de parlamentares, funcionários do Executivo, estados, municípios e setores produtivos. Seu relatório propõe que alguns setores teriam alíquotas diferenciadas, e ele diz que resguardou, por exemplo, saúde, educação e transporte, além das empresas que estão no Simples e não serão atingidas.

Além das modificações em cima de **impostos** de consumo, o deputado disse ter tomado o cuidado para incluir no texto constitucional mudanças para promover a progressividade do sistema, como alterações na tributação de patrimônio e da renda.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

BC mantém a dose elevada de aumento da taxa de juros (3)

A persistência inflacionária fez o Banco Central manter a forte intensidade dos aumentos da taxa de juros para enquadrar a **inflação** de 2022 na meta (3,5%), diante da ameaça de ultrapassá-la. O Comitê de Política Monetária ratificou a ata da reunião anterior, elevou a Selic em 0,75 ponto percentual e indicou que nova alta da mesma magnitude deverá ocorrer no encontro de junho, se nada diferente do cenário previsto ocorrer até lá. Pelo **comunicado** do Copom, a intensidade do aumento dos juros, antecipada para encurtar o ciclo desde o início, culminará em um ajuste mais forte do que o previsto no início.

Pelas projeções do BC, com base na pesquisa Focus e com o câmbio evoluindo pela paridade do poder de compra a partir de R\$ 5,40, a **inflação** de 2021 será de 5,1 % e a de 2022, de 3,4%, com a Selic em 5,5% e 6,25%, respectivamente. Na ata do encontro anterior, no entanto, os juros encerrariam 2021 em 4,5% e 2022 em 5,5%, com o real mais desvalorizado, a R\$ 5,70. Ou seja, com juro 1 ponto percentual maior do que o esperado em 2021 e 0,75% maior em 2022 e uma valorização do real de 5% em relação ao cenário do **comunicado** de março, a **inflação** piora um pouco este ano e cai apenas 0,1 ponto em 2022 (3,4%).

Não há explicações para isso no **comunicado**, mas uma das pistas é o avanço dos preços administrados, que, pela previsão do BC, se reduz em 2021 (de 9,5% para 8,4%), mas sobe em 2022 (de 4,4% para 5%). O avanço dos preços das commodities já era realidade em março na ata do Copom, quando a pressão dos combustíveis despontava como fator alimenta dor da **inflação**. Agora este impacto, segundo o BC, se dissemina pelos alimentos e bens industriais, e um foco de preocupação passa a ser o preço da energia. "A transição para patamares mais elevados de bandeira tarifária deve manter a **inflação** pressionada no curto prazo", aponta o Copom.

Por outro lado, as medidas da **inflação** subjacente deixaram de estar acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta de **inflação** para se situarem em seu "topo". Com isso, a situação ainda não é confortável, mas tampouco o aumento dos juros tem poder de influência significativo sobre os preços administrados, a não ser pela via indireta do câmbio (que recua). Ou seja, ainda há possibilidade de outra trajetória para os juros que não um galope em direção ao juro real neutro (6,25%-6,5%) em 2022.

O Copom dá a entender que a "normalização parcial", que manteria estímulo monetário, ao deixar a Selic abaixo do juro neutro, minguou e tornou-se "algum estímulo ao longo do processo da recuperação econômica". Isto é, possivelmente ficará ali pelos 6%.

O fim do ciclo de estímulos neste nível é compatível com a visão do BC sobre a evolução da economia. No Relatório da **Inflação**, o hiato do produto, negativo em mais de 3% neste ano, será zerado em 2022, sugerindo que não haveria mais necessidade da ajuda da política monetária. Tudo dependerá da evolução da economia e do balanço de riscos para a **inflação**.

Sobre o futuro da economia, o Copom aponta que incerteza sobre o ritmo de crescimento permanece acima do usual e "aos poucos deve ir retornando à normalidade". O tempo aqui é relevante. Por falta de vacinas, o calendário de imunização está atrasado e é possível tanto que o Brasil acelere o passo e recupere o tempo perdido, como que isso não ocorra e o país fique à mercê de uma terceira onda da covid-19 e novos lockdowns que derrubem a atividade econômica. O desempenho no segundo trimestre será ruim e as perspectivas de retomada firme pularam para o segundo semestre.

No balanço de riscos para a **inflação** há o risco fiscal, que produz "assimetria altista". E há também a frustração em relação à continuidade das reformas. A aprovação do inacreditável orçamento de 2021 é um exemplo claro do primeiro tipo de risco, a eliminação da comissão da **reforma tributária**, do segundo. As expectativas sobre a austeridade fiscal e reformas já estão rebaixadas, após provocar estragos especialmente no câmbio e, por meio dele, na **inflação**. O recuo recente do dólar é indício de que esses riscos moderaram, com sorte até a campanha eleitoral.

As projeções para o crescimento, no entanto, estão muchando. Para 2022, estão por volta de 2,3%, com viés de baixa. A elevação dos juros é um dos fatores para essa piora das expectativas. Assim, com a economia sem impulso próprio para a retomada, é possível que o Banco Central tenha de moderar os aumentos de juros em um futuro próximo.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186847?page=1§ion=1

Retomada no Brasil levará dois anos, diz Citi



Cantu: "Voltar à disciplina e ao teto de gastos em prazo curto é muito importante"

Talita Moreira De São Paulo

Com a vacinação ainda em ritmo lento, a maioria dos países da América Latina vai levar pelo menos dois anos para se recuperar, afirma Ernesto Torres Cantu, presidente do Citi para a região. Porém, voltar ao mesmo nível de bem-estar que a população tinha antes da pandemia será um processo ainda mais demorado - no caso brasileiro, a melhora pode ficar mais para o fim de 2023 ou início de 2024.

Para o executivo, o caminho da retomada do Brasil passa necessariamente pela volta da disciplina fiscal e pelo respeito ao teto de gastos. Cantu também vê a **reforma tributária** "no topo da lista" entre as medidas que precisam ser adotadas para melhorar o ambiente de negócios no país - e diz acreditar que ela tem chances de avançar. "O Brasil é muito mais do que o governo brasileiro. Tem pessoas incrivelmente inovadoras, companhias que crescem rápido, um mercado financeiro muito ativo. Nesse sentido, o importante é manter um arcabouço macroeconômico que dê segurança olhando para a frente", diz Cantu, que concedeu entrevista ao Valor durante "visita virtual" ao país.

Valor: As economias desenvolvidas estão se recuperando mais rapidamente com a ajuda da vacinação. Como vê a situação da América Latina?

Ernesto Torres Cantu: É exatamente o que está acontecendo. Obviamente, tem a ver com a vacinação.

Quanto mais rápido ocorre, mais rápido as economias estão se recuperando. Isso é verdade para os Estados Unidos, Israel, até China, cujo crescimento no trimestre passado foi espetacular. Na América Latina, tirando o Chile, a taxa de vacinação ainda é muito baixa. Óbvio que não podemos exagerar a importância da vacina para as economias começarem a se recuperar, mas a taxa está baixa. A América Latina vai levar mais tempo para retomar aos níveis de 2019 em termos de **PIB**. Isso não é apenas um número, tem implicação no bem-estar das pessoas.

Valor: Quais as consequências dessa demora para a estratégia do Citi na região?

Cantu: O tipo de clientes que focamos na América Latina são grandes empresas locais e multinacionais, além de governos. Somos de longe o maior banco americano na região, a maioria dos bancos é nosso cliente. Então, nossos clientes, exceto de setores específicos, como aviação, estão saindo da pandemia com balanços muito fortalecidos. Há muitas oportunidades para eles na região e estamos acompanhando. Temos 43 ou mais IPOs no "pipeline" só no Brasil, além dos que já fizemos. Em geral, estão se recuperando rápido. Não é verdade se você olha para pequenas e médias empresas, que foram afetadas significativamente, mas não são nossos clientes.

Valor: Qual a percepção dos investidores estrangeiros sobre a situação fiscal brasileira?

Cantu: Entendemos a necessidade de fazer coisas extraordinárias na pandemia e o Brasil não foi o único, mas voltar à disciplina e ao teto de gastos em um prazo curto é muito importante. Isso tem relação com o rating do país, com o custo de financiamento. Certamente o Brasil está nos [países] "Top 5" do mundo em termos de ser inovador. Brasileiros são incrivelmente inovadores. Todo o crescimento em fintechs, em coisas que têm a ver com estilo, é incrível. Mas no ranking do Banco Mundial de facilidade para fazer negócios, o Brasil é cento e vinte e alguma coisa. Imagine o que aconteceria se, em vez de estar nesse nível, estivesse em cinquenta e poucos. Fazer coisas para melhorar o ambiente de negócios e a competitividade é muito importante para o crescimento da economia e também teria impacto no emprego.

Valor: O que precisa ser feito?

Cantu: O topo da lista é provavelmente a **reforma tributária**, em termos de tornar o sistema mais simples. Temos a expectativa de que ela seja aprovada.

Valor: Há algum incômodo dos investidores com o ruído político e com o posicionamento do governo na questão ambiental?

Cantu: O Brasil é muito mais do que o governo brasileiro. Tem pessoas incrivelmente inovadoras, companhias que crescem rápido, um mercado financeiro muito ativo. Nesse sentido, o que é importante é manter um arcabouço macroeconômico que dê segurança olhando para a frente. Isso traz segurança para os investimentos, para a participação dos investidores estrangeiros.

Valor: Como vê as perspectivas para a economia brasileira em relação a outros países da região?

Cantu: Os países que vão se recuperar neste ano são exceção, infelizmente. Provavelmente vão ser Chile, Colômbia [a entrevista foi feita antes da onda de protestos no país]. Tirando isso, as principais economias não vão voltar aos níveis prévios [à pandemia] neste ano. Alguns vão levar alguns anos. O Brasil provavelmente vai levar dois anos, fim de 2022. Não significa que há uma melhora na qualidade de vida em relação a alguns anos atrás porque você tem que comparar com o nível em que estaria se isso não tivesse acontecido. Para chegara isso, vai ser mais provavelmente 2023 ou começo de 2024. Nesse sentido, acelerar a taxa de investimentos públicos e privados é importante. A facilidade para fazer negócios e a **reforma tributária** podem ser catalisadores.

Valor: Grandes investidores estão atentos ao ESG. Qual a percepção deles sobre o Brasil e a América Latina nesse aspecto?

Cantu: O país que não responder a isso vai ter mais dificuldades para obter investimentos. Isso vale para a América Latina, a África, o Sudeste Asiático etc. As companhias vão ter que se adaptar e governos também. Essa deveria ser a hipótese de trabalho, eu não apostaria contra isso. No primeiro dia da Jane [Fraser] como CEO [do Citi], ela anunciou nossa meta de zerar emissões até 2050. Não é só a pegada de carbono do Citi, também se estende aos clientes. Também nos comprometemos com US\$ 1 trilhão até 2030 em energia limpa etc. No caso do Brasil, Marcelo Marangon [presidente do Citi no país] emitiu diversos "green bonds", e há mais interesse de investidores em comprar. Provavelmente, num futuro não distante, todas as emissões serão verdes. As que não forem serão exceções.

Valor: Que setores o sr. considera mais promissores para investimentos no Brasil após a pandemia?

Cantu: É uma economia diversificada, com bom desempenho em vários setores. Tem um mercado local muito forte, então tudo o que tem a ver com consumo, demanda interna, vai se sair bem. Na indústria, tem muitas coisas boas. Várias coisas em torno de fintechs. A economia gerou alguns unicórnios e há mais para vir. Também acho que vai haver interesse, já há, em infraestrutura. Muitos investimentos precisam acontecer e o governo abriu para o setor privado, em saneamento, por exemplo.

Valor: O sr. vê mudanças estruturais na América Latina trazidas pela crise do coronavírus?

Cantu: Temos que aprender com a pandemia, fazer as coisas de forma diferente. Na região e no mundo, reduzir a desigualdade. As pessoas que sofreram mais são as que têm menos. No médio prazo, isso não é sustentável e francamente não é o tipo de sociedade em que queremos viver. É muito importante que não só governos, mas também as sociedades, incluindo a gente, façamos alguma coisa.

"Fazer coisas para melhorar o ambiente de negócios e a competitividade é muito importante para o crescimento".

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186847

Governo avalia ajustar Orçamento para dar verba ao ambiente

Thiago Resende *brasilíia*

Para tentar resolver um novo impasse em tomo do Orçamento deste ano, o governo avalia enviar um projeto exclusivo para destinar mais recursos a áreas como ambiente e projetos de infraestrutura, especialmente para construções de casas populares que podem ser paralisadas já em maio.

O ajuste no Orçamento pode chegar a R\$ 3 bilhões e é para os ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia). A medida é defendida por líderes do Congresso.

A estratégia é manter os vetos de Bolsonaro ao Orçamento e aprovar o projeto da equipe econômica que recompõe a verba para gastos obrigatórios, principalmente Previdência e seguro-desemprego. Depois, aprovar o projeto que ainda será enviado remanejando recursos entre ministérios, mas sem mexer nas despesas com aposentadorias, como quer o ministro Paulo Guedes (Economia).

Para cumprir o teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vetou cerca de R\$ 20 bilhões de ministérios e bloqueou outros R\$ 9 bilhões que estavam previstos e só serão liberados se houver dinheiro ao longo do ano.

Na pasta de Marinho, os vetos ameaçam, por exemplo, paralisar obras de habitações populares, saneamento e ações de prevenção a desastres.

A ala política do governo quer evitar a interrupção desses projetos e também garantir ampliação da verba para o Ministério do Meio Ambiente, prometida por Bolsonaro em abril durante a Cúpula de Líderes sobre o Clima, além de recompor os R\$ 200 milhões cortados para o desenvolvimento de uma vacina nacional contra a Covid-19, projeto comandado por Pontes.

O plano, inicialmente, era modificar o projeto da equipe econômica, que coloca R\$ 20 bilhões em despesas obrigatórias.

Esse espaço foi aberto no Orçamento após os vetos. Assim, o Congresso reduziria novamente a verba para

Previdência Social, subsídios e seguro-desemprego, priorizando o dinheiro para Marinho, Salles e Pontes.

Mas a equipe econômica não vê como reduzir a previsão de despesa obrigatória, especialmente com aposentadorias. Isso gerou um novo impasse em torno do Orçamento.

Sem consenso, a votação da proposta de Guedes (com foco nos pagamentos obrigatórios), que estava prevista para esta semana, foi adiada.

Para evitar disputa na votação, inclusive sobre os vetos ao Orçamento, interlocutores de Bolsonaro sugerem que o governo faça um pente-fino nas despesas discricionárias dos ministérios, aquelas que podem ser cortadas, pois não são de obrigatórias.

Esse rearranjo entre pastas ainda precisa ser feito e, após acordo político, deve ser oficializado na forma de um novo projeto de ajuste no Orçamento, que precisa ser aprovado pelo Congresso.

Na semana passada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deu declarações na mesma linha da ala política do governo: a favor da retomada de recursos para as pastas de Marinho, Salles, além do Censo e outros ministros que foram afetados pelos cortes.

Integrantes do Ministério da Economia afirmam que o problema das verbas para meio ambiente (R\$ 270 milhões) e para a vacina a ser desenvolvida por Pontes (R\$ 200 milhões) é mais fácil de resolver, pois os valores são mais baixos.

No caso da pasta do Desenvolvimento Regional, o montante fica acima de R\$ 2 bilhões.

Técnicos do Congresso alertam que, antes de os projetos de remanejamento de verba serem votados, é necessário analisar os vetos.

"Caso haja rejeição, ainda que parcial, dos vetos, os recursos correspondentes passarão a estar indisponíveis, não podendo, assim, custear as despesas constantes do PLN 4/2021 [projeto que destina a verba para as despesas obrigatórias]", diz nota técnica do Congresso.

Portanto, para tentar acabar com a disputa entre

equipe econômica e ala política, governistas defendem que, primeiro, sejam mantidos os vetos.

Em seguida, querem a aprovação dos R\$ 20 bilhões para despesas obrigatórias, como aposentadorias. E, por fim, o ajuste no orçamento para os ministérios do Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente, e Ciência e Tecnologia.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

20

R\$ 1,2 bilhão para ajudar a economia



» **Samanta Sallum**

O GDF anunciou, ontem, um pacote de medidas com o objetivo de reaquecer o setor produtivo e gerar mais empregos em meio às dificuldades causadas pela pandemia de covid-19. O Pró-Economia, como o programa foi batizado, terá 20 ações e corresponde ao investimento de R\$ 1,2 bilhão por parte do Executivo local para impulsionar comércio e indústria do DF. Entre os anúncios, estão a redução em 50% de todas as multas aplicadas a empresas por falta de pagamento de ISS e ICMS. O governador Ibaneis Rocha (MDB) também liberou a ampliação do horário de funcionamento do comércio de rua, que poderá funcionar das 9h às 20h a partir de hoje. Antes, a abertura ocorria às 11h.

O Pró-Economia também posterga o pagamento de **impostos** de vários setores e até prevê isenção em alguns casos. Cerca de 37 mil empresas de eventos, salões de beleza, barbearias, esmalterias e casas de festas terão adiado o pagamento de ISS até 2027 e também do IPTU e do IPVA até 2022. A alíquota do ISS dessas atividades cairá de 5% para 2%.

Estão previstos, também, a isenção de IPVA para veículos de autoescolas e o auxílio emergencial para o setor de transporte de turismo, com três parcelas de R\$ 600. "Estamos exercendo ao máximo nossa capacidade de execução, de soluções para retomar a economia da nossa capital. De forma inteligente, estamos conseguindo desonerar a classe empresarial, acreditando que ela vai corresponder a isso gerando empregos", afirmou o governador do DF, Ibaneis Rocha.

Haverá redução da base de cálculo do ICMS do café com inclusão na cesta básica. Cairá de 12% para 7%. Serão beneficiadas 12.787 empresas dos setores de

cultivo de café, comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios. Outra medida é a desburocratização do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis (ITBI) para pessoas físicas e jurídicas. O Pró-Economia suspende a exigibilidade do crédito tributário em caso de parcelamento. E a opção de pagamento passa agora de quatro para 10 meses.

O programa cria nova faixa de remuneração para os serviços lotéricos beneficiando 213 estabelecimentos no DF. O governo atualizou os valores devidos aos correspondentes bancários para manter o credenciamento das lotéricas no atendimento à população que quer pagar contas nesses locais.

Servidores públicos

O GDF aumentou a margem de empréstimo consignado para mais de 200 mil **servidores públicos** ativos, inativos e pensionistas. Passará de 30% para 40% o índice de comprometimento mensal da renda para parcela de pagamento de crédito. A medida valerá para transações com o Banco Regional de Brasília (BRB).

"O servidor público precisa também de auxílio neste momento. E aumentar o poder de consumo deles aquece a economia, ajuda o comércio e isso volta para os cofres públicos em arrecadação", explicou o secretário de Economia do DF, André Clemente, no lançamento do Pró-Economia ontem no Palácio do Buriti.

A secretária de Desenvolvimento Social e primeira-dama do DF, Mayara Noronha, também assinou decreto ampliando o programa Prato Cheio, que tem a meta de atender 40 mil famílias, estendendo o período do auxílio de três para seis meses.

Repercussão positiva

O pacote foi considerado arrojado e um marco para o setor. Uma aposta de que desonerar o segmento empresarial vai se reverter em mais empregos e recuperação da economia local nos próximos meses. As principais lideranças empresariais da cidade estiveram presentes no evento no Palácio do Buriti e reagiram positivamente às medidas. Compareceram também o vice-presidente da Câmara Legislativa, deputado Rodrigo Delmasso (Republicanos), e diversas autoridades do GDF. Algumas medidas terão

de passar pela Câmara Legislativa. "É inegável o empenho do governador Ibaneis e de sua equipe em agir para salvar empregos e empresas. E nós, na Câmara, estamos também fazendo a nossa parte para socorrer os setores tão prejudicados pela pandemia", enfatizou.

O empresário e ex-vice-governador do DF Paulo Octávio esteve presente no evento. "O GDF mostra com essas medidas sensibilidade neste momento de crise para atenuar os prejuízos de setores muito prejudicados. E esse pacote também estimula a legalização de uma série de situações, como contratos de gaveta de imóveis por falta de pagamento de ITBI", avaliou.

"O Pró-Economia DF é muito importante para a retomada do crescimento das empresas em dificuldades. Nós, do setor produtivo, temos certeza de que essas medidas darão um novo fôlego e ânimo para a nossa economia", afirmou o presidente da Fecomércio DF, José Aparecido.

"Não há dúvidas de que o foco dos governos neste momento deve estar no combate à covid-19 e no cuidado com a saúde das pessoas, porém é muito importante que sejam colocadas em prática ações como as que o governador Ibaneis lançou hoje. Com este apoio, o setor produtivo vai cruzar com menos dificuldades este momento complicado", destacou o presidente da Fibra no DF, Jamal Bittar.

Horário ampliado Depois da flexibilização do funcionamento dos bares e restaurantes e do toque de recolher, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), decidiu ampliar o horário do comércio de rua. Antes, o setor funcionava das 11h às 20h. A partir de hoje, poderá funcionar das 9h às 20h. Além do comércio de rua, esmalterias, centros estéticos e agências de viagens poderão abrir das 8h às 19h. A medida foi também um pedido do setor produtivo para aplacar a crise.

Confira os 20 pontos do Pró-Economia

» Adiamento do ISS até 2027 mais parcelamento para 37 mil empresas » Adiamento do pagamento de IPTU e IPVA até 2022 para 37 mil empresas » Redução da base de cálculo do ICMS do café com inclusão na cesta básica » Nova faixa de remuneração para 213 casas lotéricas e 3.041 correspondentes bancários » Projeto de lei para o Fundo Garantidor do Programa Emergencial de Crédito Empresarial do Distrito Federal (Procred-DF) » Alteração das regras de consignação em folha dos servidores do GDF e militares » Concessão de remissão, anistia e isenção de IPTU e IPVA mais redução de alíquota do ISS para 37 mil empresas » Auxílio emergencial para o setor de

transporte de turismo com três parcelas de R\$ 600 » Redução de 50% dos percentuais das multas pelo descumprimento de obrigações tributárias de ISS » Redução de 50% dos percentuais das multas pelo descumprimento de obrigações tributárias de ICMS » Ampliação do prazo para recadastramento de contribuintes do Regime 320-D » Desburocratização do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis (ITBI) » Adiamento de ICMS e ISS para importação de ativos fixos » Isenção de IPVA e ICMS para autoescolas (156 centros de formação e 1.059 veículos) » Ampliação do Programa Prato Cheio para 35 mil beneficiários + ampliação do prazo para 6 meses » Pagamento de pecúnia a policiais civis » Criação da rota Brasília, capital do rock

Revolta colombiana (3)

Um projeto de **reforma tributária** acendeu a chama da revolta popular na Colômbia. Imensos protestos tomam as principais cidades, gerando quebra-quebra e uma repressão violenta das forças de segurança, na mais grave crise social e política enfrentada pelo presidente Iván Duque desde que assumiu o poder, em 2018.

Até o momento, ao menos 24 pessoas já morreram nos atos, mais de 800 ficaram feridas e 89 estão desaparecidas, segundo a Defensoria Pública. O saldo brutal gerou reações das Nações Unidas, da União Europeia, dos EUA e de ONGs de direitos humanos, que denunciam o uso desproporcional da força por polícia e Exército.

A ferocidade da resposta alimentou a indignação. Embora o governo tenha cedido à pressão e retirado o projeto, as multidões nas ruas só fizeram crescer, incorporando novas pautas às manifestações.

Na capital, Bogotá, um grupo tentou invadir o Congresso na quarta-feira (5), mas foi rechaçado; estradas têm sido bloqueadas em todo o país, e sindicatos seguem convocando uma greve geral.

Quarta maior economia do continente, a Colômbia foi atingida em cheio pela crise provocada pela pandemia. O Produto Interno Bruto encolheu 6,8%, no pior desempenho em meio século. O desemprego saltou para 16,8% em março, e milhões caíram na pobreza.

Para fazer frente ao aumento do gasto público ocasionado pela calamidade sanitária, Duque propôs o remédio amargo da elevação de **tributos**. Seu projeto tinha como pontos centrais a ampliação da base de contribuintes do imposto de renda e o aumento das taxas sobre bens e serviços, atingindo sobretudo a classe média.

Mesmo em tempos normais, uma reforma dessa magnitude já enfrentaria obstáculos consideráveis. O governo, contudo, dificilmente poderia ter escolhido momento mais inapropriado para apresentá-la.

O país, que com 75 mil mortos pela Covid-19 amarga a quarta pior proporção da América Latina (atrás de Brasil, Peru e México), vive um pico de novos casos e um recorde de óbitos. O sistema hospitalar nas maiores cidades está perto do limite, enquanto a vacinação segue estagnada.

Após desistir do projeto original, Duque prometeu

propor outro, excluindo as medidas mais controversas. Antes de salvar sua reforma, porém, o presidente precisará pacificar as ruas e dar alguma resposta às insatisfações populares.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49520>

Como a França trata quem chega do Brasil - RUTH DE AQUINO

RUTH DE AQUINO SEGUNDOCADERNO@OGLOBO.COM

Chegar agora a Paris, saindo do Brasil, é como desembarcar num outro planeta. Toque de recolher, teste de antígeno no aeroporto de destino, regras claras de quarentena, vacinas disponíveis na farmácia da esquina ou em consultório. E visitas diárias de policiais fardados ou à paisana, para checar se você está cumprindo os dez dias de isolamento impostos a quem chega do Brasil. Em casa ou no hotel.

Antes de eles baterem à sua porta e pedirem educadamente seu passaporte, a central de polícia telefona para o número que você fornece no aeroporto em Paris, junto com seus dados pessoais. É permitido sair de 10h ao meio-dia, durante a quarentena, para fazer compras no supermercado. Fora desse horário, se você não for encontrado em casa, paga uma multa de 1.500, quase R\$ 10 mil.

Uma funcionária da Assurance Maladie telefona para saber se você tem sintomas estranhos ou se está bem. Pede desculpas por incomodar. E manda um e-mail orientando como fazer, em seu "quartier" um RT-PCR no penúltimo dia da quarentena. Farmácias e consultórios aplicam gratuitamente a Astrazeneca. A Pfizer; só em postos de vacinação.

Sei que é assim porque cheguei a Paris esta semana, depois de um ano e três meses sem viajar, por bloqueio de voos e medo de contágio. Turistas brasileiros ainda não são autorizados a entrar. É preciso se encaixar nas exceções determinadas pelo governo francês e preencher formulários, além de fazer exame de RT-PCR até 36 horas antes do embarque.

Paris assim parece pesadelo? Para mim, é o oposto. O planejamento e o rigor franceses me dão alívio. Pela primeira vez na pandemia, eu me sinto num ambiente com controle sanitário. Que leva o lockdown a sério. Está tudo fechado a não ser o essencial e há um calendário de desconfinamento gradual até fim de junho.

A França é minha segunda casa desde o início do milênio. Aqui morei como correspondente estrangeira e presidente do Fórum de Editores da World Association of Newspapers. O país oferece vacina a quem tem mais de 55 anos e a quem tem doenças

crônicas. A vacinação é, porém, muito lenta. Isso acontece por três razões: a insegurança popular com a Astrazeneca, a não tradição em imunizar amplamente e a falta de campanha de conscientização.

Agora, antes do verão europeu, o presidente Emmanuel Macron conclamou todos acima de 18 anos a se vacinar a partir de 15 de junho. A França não interrompe doses nem impõe filas e estresse a quem deseja se imunizar. Lembro como fiquei aflita no Rio, com medo de acabar a segunda dose de Coronavac. Suspensa e agora retomada.

A disciplina, a civilidade e o apego à razão me fazem enorme falta num Brasil governado por lunáticos incompetentes e por um presidente negacionista e autoritário -que desrespeita a vida, estimula "o contágio de rebanho" e se opõe à quebra de patentes de vacinas! Acuado pela CPI da pandemia, dá novos sinais de psicopatia. Tenta anular medidas restritivas que protegem a saúde dos brasileiros, ameaça juízes e se insurge contra a "guerra química" da China.

Parece um Napoleão de hospício, daqueles com camisa de força. O verdadeiro Bonaparte, imperador militar estadista para uns e ditador misógino e escravagista para outros, morreu há exatos 200 anos. Eu me sinto mais confortável discutindo o legado histórico de Napoleão do que "a eficácia da cloroquina", nas mãos de quem orquestrou nossa guerra com mais de 400 mil mortos. Em Paris, num pequeno "studio" com vista para lírios brancos e telhados de ardósia, sinto menos falta de ar.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

China repudia politização



Renato Souza

As críticas do presidente Jair Bolsonaro, que insinuou que a China poderia ter criado o novo coronavírus em laboratório como arma de uma guerra biológica - que visaria impactar a economia mundial e favorecer apenas a daquele país -, geraram reações de autoridades de Pequim e podem travar o envio de insumos para produção de vacinas contra a covid-19 no Brasil. O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, reduziu a expectativa de produção de novos imunizantes nas próximas semanas em razão do recrudescimento da tensão diplomática provocada pelo governo brasileiro. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Wang Wenbin, reagiu dizendo que "se opõe a qualquer tentativa de politizar ou estigmatizar o vírus".

A indisposição gerada pelas declarações de Bolsonaro veio num momento em que metade das capitais brasileiras registram falta de doses da CoronaVac, produzida pelo Butantan, para aplicar a injeção de reforço nos grupos prioritários. Ao ser questionado sobre as declarações do presidente, Wang disse que o vírus é "um inimigo comum da Humanidade" e evitou citar o nome de Bolsonaro.

"A tarefa urgente de agora é todos os países se juntarem em uma cooperação antiepidemia e em um esforço para uma vitória antecipada e completa sobre a pandemia. Nós nos opomos firmemente a qualquer tentativa de politizar e estigmatizar o vírus", destacou.

O presidente classificou o novo coronavírus como um vetor de uma suposta guerra biológica para que a China obtivesse vantagens diante do enfraquecimento da economia das demais nações do planeta. "É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou nasceu porque um ser humano ingeriu um animal

inadequado. Mas está aí. Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma nova guerra? Qual o país que mais cresceu seu **PIB**? Não vou dizer para vocês", disse Bolsonaro, referindo-se à China.

Má repercussão

Dimas Covas afirmou que as declarações repercutiram mal em Pequim e que resultaram em lentidão no envio do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), além de autorizações da exportação de menor quantidade do material para a produção de doses. Ele destacou, ainda, que o país pode ficar sem doses da CoronaVac a partir do dia 15.

"Existe dificuldade. Há uma burocracia mais lenta e há autorizações reduzidas de volumes (do IFA). Essas declarações têm impacto e ficamos à mercê. Não vamos ter, de fato, condições de entregar. Pode faltar? Pode faltar. E temos que debitar isso, principalmente do governo federal, que tem remado contra", acusou. A expectativa é de que o primeiro lote com 46 milhões da CoronaVac seja entregue até o próximo dia 12, e outras 54 milhões de doses até 30 de agosto.

Procurada pelo Correio para comentar as declarações de Bolsonaro, a Embaixada da China informou que "já fez a gestão do assunto junto à parte brasileira". Sobre o eventual atraso do envio de IFA e redução na quantidade do insumo ao Brasil, a representação diplomática não se manifestou.

'Ajuste parcial da Selic é insustentável'



Simone Cavalcanti

O economista Affonso Celso Pastore, ex-secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e ex-presidente do Banco Central do Brasil, diz acreditar que um ajuste parcial no processo de normalização dos juros básicos no País é insustentável.

"Por que em uma situação como esta a autoridade insiste em anunciar um ajuste parcial?(...) Para mim, a melhor alternativa seria a de reconhecer explicitamente que perseguirá o ajuste integral, sem, contudo, comprometer-se por atingir no novo equilíbrio dentro do ano-calendário, e sem se comprometer com a magnitude dos próximos reajustes." Pastore alerta que o Brasil vive uma grave situação fiscal e avalia que a economia está sendo prejudicada por isso.

I O risco fiscal tem sido a tônica para a desvalorização do real em maior ímpeto do que as moedas pares ante o dólar. Considerando o panorama atual das contas públicas, quais implicações o sr. vê para a divisa local?

Durante o pânico da pandemia, que durou em torno de um mês, todas as moedas se depreciaram e o dólar se fortaleceu.

Foi um típico episódio de 'flight to quality', que sempre ocorre quando a aversão a risco leva os investidores a preferirem ativos dos Estados Unidos. Logo em seguida, a forte reação do Fed, derrubando a taxa

básica para o 'zero bound' e comprando mais de US\$ 2 trilhões de Treasuries, estimulou os investidores a buscar ativos em outros países. Tomei uma amostra de 20 países, e à exceção de Turquia, Argentina e Brasil, todas elas se valorizaram. Nada disso ocorreu com o real.

Depreciou-se mais de 28% no momento do pânico, e se manteve depreciado. A única razão para esse comportamento é o risco fiscal, que colocou um prêmio de risco no câmbio (na curva de juros). O Brasil vive uma situação fiscal insustentável, e sua economia está sendo prejudicada por isso. A origem da insustentabilidade está no campo fiscal. O real não está depreciado porque a taxa de juros está baixa, como dizem alguns operadores com interesse privado na valorização do real. Está depreciado porque nossa situação fiscal é insustentável.

I Em que pesem declarações mais otimistas da equipe econômica sobre o controle das contas públicas, qual cenário é possível traçar diante das manobras orçamentárias?

Esta já é a terceira vez que o teto de gastos é rompido. A primeira, que passou quase despercebida, foi a capitalização da Emgepron. A segunda, plenamente justificada, porém exagerada, foi a que ocorreu em 2020. A terceira foi agora.

Em 2020, o governo gastou muito mais do que seria necessário.

Em uma lúcida entrevista dada há alguns meses, Ricardo Paes de Barros mostrou que o auxílio emergencial foi concedido a uma população superior a 66 milhões, que excede em muito o número dos que perderam o emprego e a pobreza extrema no Brasil. É um fato que atesta a incompetência do governo em lidar com uma situação como esta.

A regra do teto de gastos foi um gesto político que sublinhava a necessidade de realização de reformas que contivessem o crescimento automático dos gastos obrigatórios, e a reforma da Previdência é insuficiente para atingir o objetivo desejado.

Se tivermos uma recaída populista, o que é possível diante da fraqueza política do governo, não há dúvidas de que teremos uma elevação dos prêmios de risco, o que elevará a taxa de juros implícita da dívida pública e depreciará ainda mais o real. A consolidação fiscal é fundamental para removermos esse risco.

O sr. acredita que o BC faça aumento maior no juro básico, para além do "ajuste parcial" que segue no **comunicado**?

Quero iniciar a resposta com um pouco de aritmética elementar.

A estimativa do BC sobre a taxa real neutra de juros (com a qual há grande concordância entre os economistas). É que esta se situa em torno de 3% ao ano. Com a meta de **inflação** de 3,5%, para que as expectativas permaneçam ancoradas às metas terão de se estabilizar em 3,5% ao ano, e a taxa Selic nominal que - no equilíbrio - mantém esse resultado, em 6,5% ao ano. Embora nenhum banqueiro central possa se comprometer com o tempo exato no qual esse nível será atingido nem com a magnitude de cada um dos reajustes intermediários, sabemos que o ajuste integral somente terá ocorrido, na ausência de outras intercorrências, quando a Selic nominal chegar a 6,5% ao ano. Uma das grandes vantagens do regime de metas de **inflação** é a comunicação de qualidade, que permite prever o curso das variáveis, eliminando surpresas, e as experiências de maior sucesso na convergência da **inflação** para a meta são aquelas nas quais o mercado é informado pela autoridade que tem o compromisso de chegar ao novo equilíbrio, ou seja, fará o ajuste integral. Por que em uma situação como esta a autoridade insiste em anunciar um 'ajuste parcial'? A dúvida tem uma razão muito simples: um ajuste parcial é insustentável.

Por que insistir nele?

Será que é devido ao temor de pressões políticas? Minha resposta a esta questão é simples: o BC acabou de obter a sua independência política, e conseqüentemente não deveria se preocupar em evitar pressões para que ajuste a taxa de juros. Se não há pressões políticas, a única outra explicação é que o Banco Central tem um outro diagnóstico, e se o tiver é bom que o explicita. Para mim, a melhor alternativa seria a de reconhecer explicitamente que perseguirá o ajuste integral, sem, contudo, comprometer-se por atingir no novo equilíbrio dentro do ano-calendário, e sem se comprometer com a magnitude dos próximos reajustes.

Análise

"O real não está depreciado porque a taxa de juros está baixa, como dizem alguns operadores com interesse privado na valorização do real. Está depreciado porque nossa situação fiscal é insustentável."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Venda de Eletrobras vai gerar R\$ 100 bi, projeta o governo

Cristiano Romero

O governo prevê que o processo de privatização da Eletrobras vá gerar R\$ 100 bilhões. A estimativa inclui o valor da outorga, a fatia da União na companhia e a venda de ações no mercado secundário. A privatização ainda precisa ser aprovada por maioria simples nas duas Casas do Congresso Nacional.

A outorga, a ser paga pela renovação da concessão, renderia R\$ 25 bilhões ao Tesouro Nacional. O governo federal detém 51,82% das ações ordinárias da estatal. Segundo o Valor Data, isso equivalia ontem a R\$ 29,9 bilhões do valor de mercado da empresa na bolsa.

A área técnica do governo calcula que a venda de ações posterior à alienação do controle da Elebrobras pela União renderia cerca de R\$ 25 bilhões. Se a privatização ocorresse hoje, o total apurado seria de R\$ 80 bilhões. Para chegar aos R\$ 100 bilhões projetados, o governo conta com uma forte valorização das ações até a privatização. O secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Corel, acredita que a venda da companhia ocorrerá em janeiro de 2022.

Ontem, o ministro Paulo Guedes foi informado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que o relatório da Medida Provisória 1.031/2021, que trata da capitalização e privatização da Eletrobras, deve ser aprovado na próxima semana e encaminhado no dia 17 ao Senado. Ali, a tramitação poderá atrasar em decorrência da CPI da Pandemia.

O prazo de aprovação da MP pelo Congresso expira em 25 de junho. O governo terá que solicitar a prorrogação por mais quatro meses. Se tudo ocorrer como o planejado, aprovada a MP pelo Congresso até outubro, o Tribunal de Contas da União (TCU) analisa o processo para verificar se não há óbice legal à transferência do controle da estatal. Não havendo, o governo publicará o edital de vencia e o conselho de administração da companhia convocará assembleia-geral de acionistas.

O governo Bolsonaro, que só privatizou a BR Distribuidora em dois anos e quatro meses de mandato, tenta correr contra o tempo para evitar que o ano eleitoral inviabilize a vencia da Eletrobras, como já

ocorreu no governo Temer.

Para diminuir a resistência à privatização da estatal, o governo fez concessões às regiões Nordeste e Norte-ao prever a criação de fundos para destinar recursos, por exemplo, à revitalização do rio São Francisco - e concordou em criar uma "golden share", ação de classe especial que permite à União vetar certas decisões estratégicas da futura empresa privada.
Página A6

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186847?page=1§ion=1

Relatora da reforma política planeja debate sobre cotas e sistema eleitoral

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Relatora da proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma eleitoral, a deputada Renata Abreu (Podemos-SP) apresentará um plano de trabalho que irá prever debates sobre o sistema eleitoral, as vagas cativas para mulheres no Legislativo (cotas), os mandatos coletivos e a unificação das eleições após consulta popular por meio de um plebiscito. Segundo a parlamentar, o plano é votar o projeto entre junho e julho na comissão.

Para valerem nas eleições de 2022, as mudanças precisam passar pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado, em dois turnos cada, até 2 de outubro. A comissão foi instalada na terça-feira, com a oficialização da escolha de Renata, que é presidente nacional do Podemos, como relatora.

Segundo o Valor apurou, antes de assumir a relatoria a deputada frequentemente defendeu a colegas a adoção do distritão. Nesse modelo, os mais votados são eleitos (voto majoritário), como já ocorre com os senadores. Alguns críticos apontam que esse sistema fragiliza os partidos políticos, por exemplo. No atual sistema, o proporcional, as vagas são determinadas pelo número de votos no partido e os mais votados de cada chapa são eleitos.

No entanto, perguntada sobre sua preferência, Renata afirmou ao Valor que irá acolher no relatório a posição que tiver mais apoio dos parlamentares, e não necessariamente o distritão. "Não é o que eu quero, é qual tem mais apoio. Gosto muito do distrital misto, mas será que tem adesão para ser aprovado?", questiona a relatora. "O distritão é hoje o que tem maior adesão da Casa, mas de repente pode ser modelo de transição para sistema mais aprimorado como o distrital misto, é uma ideia, tem gente sugerindo isso."

Caso o distritão não seja aprovado, alguns parlamentares querem propor a volta das coligações, que permitem que os partidos se unam para disputar o Legislativo em chapas e eram autorizadas até 2018. Outra ideia, defendida por PCdoB, PV e Rede, é permitir a criação das "federações partidárias", em que as siglas que se unirem para a eleição deverão atuar de forma conjunta durante todo um mandato.

A presidente do Podemos disse que o plano de trabalho vai prever também debates sobre a regulamentação dos mandatos coletivos no Legislativo, a inclusão das regras sobre fidelidade partidária na Constituição e a expansão dos mecanismos de participação social, como o funcionamento de plebiscitos e projetos de lei de iniciativa popular.

Outro tema são as cotas para mulheres no Legislativo. Uma PEC nesse sentido aguarda há anos votação, mas não há consenso sobre o percentual nem entre a bancada feminina. Renata disse que uma proposta de destinar 15% das vagas no Legislativo para as mulheres enfrenta resistências no grupo porque o número já foi atingido na Câmara dos Deputados. "Não tem como aprovar cota de 40% numa Câmara em que 450 dos 513 deputados são homens. Pode ser melhor começar com 15% e garantir a eleição de uma vereadora por município", disse.

O prazo para apresentação de emendas à PEC começou na quarta-feira e deve durar até a semana de 25 de maio, quando outros temas podem ser inseridos no debate pelos demais deputados, como o financiamento das eleições e o fim da cláusula de desempenho para os partidos terem direito aos fundos públicos e propaganda eleitoral.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186847?page=1§ion=1